

## Aumento da Receita Interna para os ODM: Por que Esperar até 2015?

por Terry McKinley, Diretor Interino, Centro Internacional de Pobreza<sup>1</sup>

**O financiamento de estratégias nacionais baseadas nos ODM** concentrou-se, até agora, no incremento da AOD. A mobilização de receitas internas, pelo contrário, tem sido negligenciada, apesar de ser uma melhor opção em longo prazo. Existem várias razões: pessimismo sobre elevação de receitas, uma ideologia prevalecente sobre o "Estado mínimo" e uma preferência por soluções conduzidas pela AOD.

A comunidade do desenvolvimento parece satisfeita em enfatizar a mobilização das receitas internas após 2015. Justifica-se tal descuido? Este One Pager considera que não. Põe ênfase em que a mobilização de receitas internas deva começar agora, como crucial para atingir os ODM e quaisquer metas de desenvolvimento a mais longo prazo.

A fim de destacar esta questão, vamos examinar as tendências na mobilização de receitas em uma amostra representativa de 26 países de baixa renda na África Subsaariana, comparando dois períodos, 1990-1995 e 2000-2005. A figura capta as principais tendências no total das receitas e dos seus dois principais componentes, as receitas tributárias e receitas não-tributárias.

As receitas totais aumentaram em menos de dois pontos percentuais do PIB, ou seja, de 14,1 por cento para 15,9 por cento. Isto foi impulsionado pelo aumento da receita tributária, sem nenhuma mudança discernível em receitas não-tributárias. Substancialmente mais poderia ter sido alcançado. A meta para 2006-2015 deverá ser dobrar a média de aumento para quatro pontos percentuais.

Mesmo o modesto aumento alcançado parece ser uma recuperação das perdas das receitas anteriores. O total de receitas para uma amostra representativa de países de baixa renda no início da década de 1980 foi de 18-19 por cento do PIB. Teve uma queda de 17 por cento nos anos de 1990 e só se recuperou para 17-18 por cento no início da década de 2000.

A recessão ou o crescimento estagnado em muitos países nos anos 1980 e 1990 é parte da explicação. A idéia equivocada de que os governos em países de baixa renda fossem demasiado grandes e, portanto, deveriam ter seu tamanho reduzido, também explica em parte a tendência. E a consultoria tributária viciada das instituições financeiras internacionais também desempenhou o seu papel.

Os governos tinham sido aconselhados a baixar as tarifas comerciais e a instituir, em seu lugar, um imposto sobre o valor adicionado (IVA). Eles também haviam sido aconselhados a baixar as alíquotas de impostos diretos sobre a renda individual e sobre os lucros das empresas. Como resultado, os impostos sobre o comércio diminuíram significativamente na África Subsaariana a partir do início da década de 1990 ao início da década de 2000, mas o IVA recuperou menos de um terço das perdas. Enquanto isso, as receitas provenientes de impostos diretos definharam.

Os países de baixa renda da África Subsaariana e em outras partes deveriam adotar uma abordagem mais ambiciosa e diversificada para a mobilização de receitas se esperam atingir aumentos de bom tamanho em 2015. Os países com uma proporção receita/PIB entre os 15 e os 20 por cento devem ser apoiados para atingir o limiar de 20 por cento. Há nove desses países, em nossa amostra de 26 (por exemplo, Benin, Camarões e Maláui). Máximos esforços devem centrar-se em países com uma proporção inferior a 15 por cento, ajudando-os a atingir, pelo menos, o limiar mínimo 15 por cento. Isto se aplica aos onze países da nossa amostra (por exemplo, o Burquina Fasso, Moçambique e Tanzânia).

O sucesso de alguns países da nossa amostra, (Etiópia, Gana, Mali, Mauritânia, Ruanda e Uganda) em aumentar a sua proporção receita/PIB em até quatro pontos percentuais ou mais, proporciona lições úteis. Um padrão comum entre eles é: não necessariamente seguem eles assessorias pautadas, tais como reduzir os impostos diretos ou impostos sobre o comércio. Em vez disso, muitas vezes se basearam em múltiplas fontes.

A Etiópia foi capaz de aumentar a sua proporção receita/PIB de 12 para 16 por cento durante mais de 12 anos a partir de impostos diretos sobre a renda, lucros e utilização do solo e dos direitos de importação. O Mali baseou-se em impostos sobre a renda pessoal, nos lucros das empresas, num IVA nacional e num IVA na importação para impulsionar a sua proporção receita/PIB de cerca de 14 por cento em 1993 para cerca de 18 por cento em 2004.



Durante 1994-2004, os aumentos nos royalties da pesca da Mauritânia e os impostos indiretos representavam a maior parte do considerável aumento de sua receita em cerca de oito pontos percentuais, e ajudou a aumentar a sua proporção receita/PIB para 26 por cento. Mas países com aumento das receitas baseadas em recursos naturais, tais como a Mauritânia (pesca) e Sudão (petróleo)-ainda enfrentam um grande desafio para diversificar suas fontes de receita.

A partir de uma pessimamente baixa proporção de 7,2 por cento da receita/ PIB, em 1991/2, Uganda aumentou as receitas de 5,4 pontos percentuais em 2003/4. Introduziu um IVA, manteve impostos sobre a renda individual e sobre a renda das empresas, eliminado isenções e começou a tributação das pequenas empresas. Partindo de um baixo 9,1 por cento, Ruanda aumentou sua receita em 4,5 pontos percentuais do PIB em 10 anos, principalmente através de impostos sobre rendas e sobre lucros, de um IVA e da eliminação de isenções.

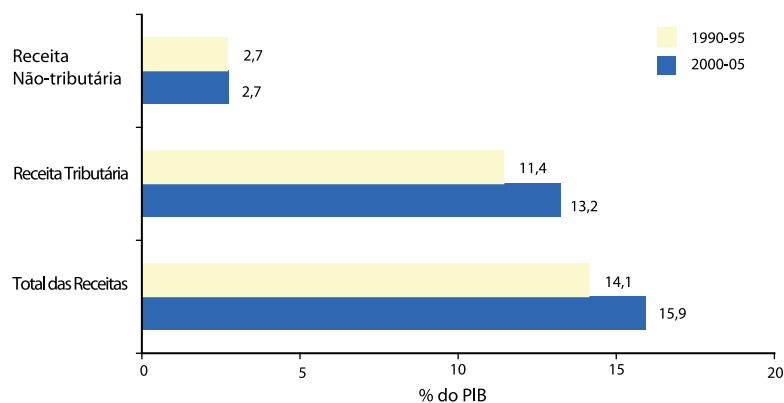
Gana teve um extraordinário recorde, aumentando as receitas provenientes de cerca de 12 por cento do PIB em 1990 para quase 24 por cento em 2004. Os impostos diretos, tanto sobre a renda individual como sobre os lucros das empresas foram responsáveis por cerca de quatro pontos percentuais. Outros cinco pontos vieram de impostos indiretos internos, ou seja, um IVA (na maior parte das importações), um imposto sobre petróleo e até mesmo uma taxa de seguro nacional de saúde. Os impostos sobre a importação trouxeram um adicional de dois pontos percentuais.

Estas histórias de sucesso sublinham a necessidade de mais ambição, inspirada nos ODM, para elevar receitas internas em países de baixa renda. Um dos principais focos de AOD deve ser, de fato, a construção de capacidades nacionais para a mobilização das receitas. Com proporções receitas/PIB de quatro pontos percentuais a mais em 2015, alguns países poderiam começar a graduação da AOD para os recursos internos como a força motriz do desenvolvimento.

**Nota:**

1. A inestimável ajuda prestada a pesquisa Magali SOLIMANO é gratamente reconhecida.

### Aumento Médio das Receitas na África Subsaariana



Fonte: IMF Statistical Appendices.

O **Centro Internacional de Pobreza** (CIP) é um projeto conjunto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Governo Brasileiro, que tem como finalidade a promoção da Cooperação Sul-Sul em pesquisa aplicada e treinamento sobre temas relacionados à pobreza. O CIP se especializa na análise dos temas da pobreza e da desigualdade e na provisão de recomendações para a formulação de políticas direcionadas à redução da pobreza. O CIP é diretamente vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual elabora pesquisas no âmbito do Governo Brasileiro, e ao Bureau for Development Policy, PNUD.

O CIP publica Working Papers, Policy Research Briefs, edições da revista *Poverty in Focus*, One Pagers e Country Studies.

Para informações adicionais e acesso às publicações do CIP:

[www.undp-povertycentre.org](http://www.undp-povertycentre.org)